

## RESENHA

### Crise do capitalismo, sujeito automático e pandemia: reflexões críticas

Maria Fernanda Escurra<sup>1</sup>

Resenha de: JAPPE, Anselm; AUMERCIER, Sandrine; HOMES, Clément & ZACARIAS, Gabriel. *Capitalismo em quarentena: notas sobre a crise global*. Tradução de GASPAR, João *et al.* São Paulo: Elefante, 2020, p. 149.

*“Unificação viral e unificação da vida sobre a Terra pela relação-capital caminham juntas”*. (p. 110)

*“Cada um por si e Deus contra todos, e a seleção natural fará o resto”*. (p. 128)

*Capitalismo em quarentena*, conforme explicitado no Prefácio à Edição Brasileira, é um ensaio crítico produto de uma construção coletiva “à distância”, que teve sua origem como simples troca de reflexões e impressões, contando com a participação de pessoas confinadas em diversos lugares do mundo. O livro, publicado em agosto de 2020, conta com uma introdução, sete capítulos, um epílogo e constitui uma sugestiva crítica radical do capitalismo com base na crítica do valor, levantando questões e reflexões de diferente natureza em relação a um processo que se encontra em andamento.

O ensaio inicia reforçando a ideia de que estamos diante uma “pandemia sacionatural ligada ao capitalismo” e afirma que a pandemia de covid 19 não é a causa, mas o acelerador do agravamento da crise global da sociedade capitalista mundial e que surgiu como um fator de crise inesperado: “o vírus é o detonador, mas não a bomba causadora do agravamento da situação de crise estrutural e global” (p. 34). Apesar disso, a ideologia intrínseca ao capitalismo, coerente com a existência de um movimento contínuo de “externalização das causas das crises econômicas”, coloca em fatores externos suas causas.

Inclusive, é ressaltado que parte significativa da esfera pública trata as causas da pandemia de forma a-histórica, biologizante e naturalizante. Entretanto, “o biológico para a humanidade, só existe ‘embutido’ na trama das relações sócio-históricas. Isso porque o indivíduo não é exterior à sociedade; pelo contrário, constitui-se nela e por ela” (p. 32). Desse modo, enquanto produto da vida social capitalista a principal questão é vislumbrar o conjunto de relações entre a dimensão biológica e a social.

O próprio capitalismo, através dos seus Estados, foi colocado em quarentena, uma “espécie de coma provisório”, passando na perspectiva dos autores, de forma

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela UFRJ, Doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

inédita e com extrema velocidade, da hegemonia neoliberal e de primazia do mercado à “primazia da política”. Neste sentido, assiste-se uma situação inédita: “*os mercados foram confinados e os Estados, desconfinados das suas amarras neoliberais*” (p. 43).

A crítica radical do capitalismo tinha certamente razão em afirmar que o capitalismo corria em direção ao precipício; o sopro que fez tremer uma parte do castelo de cartas é que veio de uma direção imprevista: nem da economia no sentido estrito, nem das mudanças climáticas. O que as guerras, o amianto, o aquecimento global, o buraco na camada de ozônio, o tsunami de 2004, o vírus ebola ou o Sars (síndrome respiratória aguda grave) não puderam realizar foi logrado pela covid-19: fazer a economia passar momentaneamente ao segundo plano, contendo até seus apóstolos mais fanáticos. (p. 107).

No contexto da “estratégia sociodarwinista da primazia do mercado” é assinalado o macabro debate da denominada “escolha ética” que desnuda e coloca em evidência a gestão capitalista de seres humanos considerados improdutivos e prescindíveis diante a necessidade de precisar escolher um doente em prejuízo de outro, visto as consequências dos cortes neoliberais na área da saúde. Trata-se simplesmente da forma corriqueira com que a “*ética liberal transforma escolhas desumanas em opções justas, dignas e inconstestáveis*” (p. 51).

Os autores observam que, diferente de uma visão fetichista, o Estado muito mais do que um simples instrumento está imerso no mundo capitalista. Nos termos de Kurz, relação de “hostilidade complementar” entre o Estado e o mercado-produção. Existem diferentes subsistemas que são esferas sociais para a reposição da totalidade concreta capitalista-patriarcal. Deste modo, a natureza de funcionamento do Estado na maneira do agir coletivo sob o capitalismo “é necessariamente o apêndice do movimento de valorização” (p. 56). Entretanto, apesar da articulação de complementaridade entre a esfera da economia empresarial e o Estado também é reconhecida a geração e o afrontamento polarizado entre a razão econômica e a razão de Estado, pois “*o Estado pode se impor sobre a economia, assim como pode acontecer o contrário*” (p. 57).

A partir de que o Estado moderno, nos séculos XVII e XVIII, assumiu funções “desenvolvimentistas”, lembram os autores, as epidemias e catástrofes passaram a ser interpretadas como “desordens da natureza” e não mais como um castigo divino, surgindo, a partir desse momento, a ideia de que o mal podia ser combatido pela ciência. “*O papel sanitário do Estado moderno nasceu com essa revolução das consciências, e foi gestado na luta contra as epidemias, que é também o contexto do desenvolvimento da medicina e da preocupação que levará, no século XVIII, à ‘higiene pública’*” (p. 59). Diversas políticas de saúde pública foram implementadas pelo Estado no decorrer do século XX, mas no contexto neoliberal inúmeros países sofreram cortes orçamentários.

Entre as democracias da época do início da pandemia, o caso brasileiro, com o governo de Bolsonaro, é destacado como o mais detestável e, de forma surpreendente, observa-se que ao invés de instaurar uma ditadura de maior controle da população

até o momento em que uma organização mais autoritária do Estado – no sentido ‘político’ – se torne necessária para a gestão da crise, a forma adequada assumida pela crise do valor pode se dar por meio de uma simples deflação do controle, que permite enfrentar o problema dos supérfluos não pelo extermínio direto, mas simplesmente por um ‘deixar morrer’ (p. 63).

Os autores afirmam que a imposição de regimes de exceção generalizada, impostos pela crise pandêmica em escala global e em diferentes intensidades, pode vir a acelerar um processo de asseveração paradoxal que mostra a “primazia da política” em que um “estado de exceção permanente” pode sempre provocar a suspensão do “estado de normalidade” capitalista-democrático, visto que o “colapso do sujeito da mercadoria” carrega todo o corpo jurídico que o acompanha, com a suspensão de liberdades públicas e privadas. Somado a isso, é observada a desarticulação e impossibilidade de reprodução de inúmeras sociedades no contexto de agudização da pobreza e de propagação de Estados falidos.

A análise apresenta também o pouco sentido que ganha a vida através da relação entre “vigilância” e “sobrevivência ampliada”. Essa relação combina toda espécie de controle por parte do Estado em prol da saúde pública com o esvaziamento da vida social que, no lugar do mundo físico, alcança o trabalho remoto, convenientemente denominado de “teletrabalho”. Dessa forma, é instaurada uma “dimensão do controle” que fica oculta sob formas de legitimação adequadas às “democracias liberais”. Por sua vez, o texto ressalta que cada vez surpreende menos o desprezo pela vida privada humana que reduz as pessoas a simples portadores de um micro-organismo, o que leva a afirmar que: *“o que vemos é o deslocamento do vírus, e não os passos de pessoas reais. Tornados invisíveis aos olhos dos espectadores [...] podem vir a ser tratados de modo consequente por futuras políticas de Estado.”* (p. 90). Nesta perspectiva, a relevância da noção de “biopolítica” de Foucault, retomada por Agamben, que coloca essa noção como constitutiva da vida social na modernidade, no contexto do colapso da modernização e da administração da crise do capitalismo.

Na concepção dos autores, a redução dos seres humanos a meros corpos vivos não é outra coisa senão o trabalho abstrato, substância do valor, no qual o ser humano já é reduzido a nada além de ‘cérebro, músculos, órgãos’ a serviço da produção de mercadorias. Isso leva a dois movimentos contraditórios. Por um lado, a necessidade do trabalho vivo para alimentar a valorização do valor exige a preservação da vida. Por outro, o processo de valorização não pode ser interrompido, e estamos prontos a aceitar o sacrifício de vidas humanas para garantir a continuidade da economia. Pode parecer irracional – e de fato é: o capitalismo é uma sociedade fetichista. (p. 94).

A crítica recupera descrições que parecem antecipações de formulações certas de Guy Debord tais como “vida deportada para trás da tela” e “sobrevivência ampliada”. Além disso, a reflexão aponta aspectos relevantes como a necessidade de impedir a “nostalgia” de um passado também condenável, dado o perigo da lógica do “menos pior” que pode conduzir à aceitação mais maleável do que também deve ser criticado. Por sua vez, apresenta-se uma alerta sobre a existência de estados diferentes de confinamento que tem em um extremo oposto a simples impossibilidade. *“Não resta*

*dúvida de que a vida em confinamento pajeada pelo espetáculo não pode sequer representar um destino universal. Pode ser, no melhor dos casos, o destino daqueles que estarão do lado ‘afortunado’ do capitalismo em crise”* (p. 99). Adiciona-se a este aspecto o risco de recair na perspectiva que compreende o capitalismo como mera distribuição de riquezas, em contraposição à questão crítica do modo de produção e da própria vida sob o capital.

Outro aspecto relevante são as questões recolocadas sob quarentena sobre as desigualdades de gênero. Nesta direção é assinalada a “relação dissociação”, teoria de Roswitha Scholz, entendida como “uma dimensão fundamental da sociedade patriarcal do valor”, em uma sociedade conformada por relações sociais fetichistas e movida de forma obcecada pela dinâmica de valorização do valor. Porém, na crítica de Scholz, no “capitalismo-patriarcado”, tal dissociação é uma condição absoluta da existência e da reprodução do capital, não um subsetor. Desse modo, os autores alertam que “*daí decorre também o equívoco de noções como ‘trabalho doméstico’ que projetam sobre as atividades dissociadas um conceito positivo de trabalho, quando na verdade a dissociação corresponde precisamente ao reverso do trabalho abstrato*” (p. 101).

Em nome da salvação da vida humana, que na realidade significa parte do programa de salvação do capitalismo, o vírus permite e justifica reforçar todas as medidas de exceção e de controle diante uma realidade inarrável velada, de um mundo que já estava em guerra há muito tempo contra outro “inimigo invisível”. Ademais se não fosse o fato de que o vírus dificulta ainda mais as coisas, “*nesse abismo de responsabilidade que caracteriza o ‘sujeito autômato’, o vírus teria tudo para ser seu deus ex machina*” (p. 136). Além disso, o dilema que caracteriza a administração da crise neoliberal, somado às respostas políticas para a crise sanitária, desorientou ainda mais os Estados que ficaram “presos entre o martelo e a bigorna”, pois “*não podem sacrificar vidas em plena luz do dia, arriscando perder seus últimos resquícios de credibilidade, nem salvar vidas respeitando o tempo da pandemia e seu custo econômico, o que implicaria jogar toda a população mundial no precipício do superendividamento*” (p. 136).

O alfa e o ômega de tudo o que estamos vivendo continua sendo a finalidade repetitiva da multiplicação do dinheiro que subordina toda a produção e a vida social. Com isso, os autores encerram o epílogo afirmando o que entendemos que representa o pano de fundo da reflexão crítica desta obra: “*Libertar-se do sujeito automático é cada vez mais uma questão de vida ou morte – mesmo que seu resultado pareça incerto*” (p. 141).

Resenha recebida em 31.3.2023

Aprovado em 11.5.2023